



Quem governa o bairro? Violência e mercados de drogas ilegais em bairros segregados na Grande Buenos Aires (Argentina)

José Garriga Zucal¹

Evangelina Caravaca²

Inés Mancini³

Resumo Este artigo busca refletir sobre o mundo do microtráfico de drogas (e dos traficantes, nativamente conhecidos como “transas”) em áreas marginalizadas da Grande Buenos Aires. Analisaremos a importância dos mercados de drogas ilegais nesses territórios e discutiremos as relações entre esses mercados e a violência observada localmente. Descrevemos as percepções dos moradores sobre as operações do microtráfico nos bairros, o impacto desses mercados nas comunidades e a relação entre os vendedores de drogas e a vizinhança. O

1 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – jpgarrigazucal@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-4447-3665>.

2 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – ecaravaca@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-5884-7197>.

3 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – imancini@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-8106-5863>.

presente trabalho provoca a seguinte pergunta: quem manda no bairro? A resposta, parcial, é uma contribuição para a discussão sobre governança criminal.

Palavras-chave: violência, mercados ilegais, traficantes de drogas, segregação, governança.

Who rules the neighborhood? Violence and illegalized drug markets in segregated neighborhoods in the province of Buenos Aires (Argentina)

Abstract *This paper seeks to reflect on the world of drug micro-trafficking (and the traffickers, natively known as “transas”) in marginalized areas of Greater Buenos Aires. We will analyze the importance of illegal drug markets in these territories and discuss the relationship between these markets and the violence observed locally. We will describe residents’ perceptions of micro-trafficking operations in their neighborhoods, the impact of these markets on communities and the relationship between drug sellers and the neighborhood. This work leads us to ask a question: who is in charge of the neighborhood? The partial answer is a contribution to the discussion on criminal governance.*

Keywords: *violence, illegal markets, drug traffickers, segregation, governance.*

¿Quién manda en el barrio? Violencias y mercados ilegalizados de drogas en barrios segregados del Gran Buenos Aires (Argentina)

Resumen Este artículo busca reflexionar sobre el mundo del microtráfico de drogas (y los traficantes, conocidos nativamente como “transas”) en zonas marginales del Gran Buenos Aires. Analizaremos la importancia de los mercados ilegales de drogas en estos territorios y discutiremos la relación entre estos mercados y la violencia observada localmente. Describiremos las percepciones de los residentes sobre las operaciones de microtráfico en sus barrios, el impacto de estos mercados en las comunidades y la relación entre los vendedores de drogas y el barrio. Este trabajo nos lleva a plantear una pregunta: ¿quién manda en el barrio? La respuesta parcial es una contribución al debate sobre la gobernanza criminal.

Palabras clave: violencias, mercados ilegales, narcos, segregación, gobernanza.

Introdução

Quem manda no bairro? Nos últimos dez anos, um ator se tornou protagonista na vida cotidiana de muitos bairros marginalizados da Grande Buenos Aires⁴: o vendedor de drogas ilícitas em pequena escala, conhecido popularmente como “*transa*”. Sua figura, paradoxal, pode produzir terror e, ao mesmo tempo, respeito. Nossas pesquisas mostram a importância desses personagens em determinados bairros, tanto na regulação da violência quanto no desenvolvimento de práticas como o empréstimo de dinheiro em cenários de crise aguda, a exemplo da pandemia da Covid-19. Dessa forma, interessa-nos refletir sobre o mundo “*transa*” em uma área empobrecida do município de General San Martín, na região metropolitana de Buenos Aires, chamada Área Reconquista. Teremos como foco os olhares e problemáticas dos moradores e lideranças comunitárias da área, objetivando mostrar o lugar que ocupam os vendedores de drogas ilegais nas dinâmicas do bairro, em termos de seu papel social perante conflitos, necessidades e regulação das violências.

O interrogante sobre quem manda no bairro está diretamente vinculado à pergunta que organiza este trabalho: qual a relação entre os mercados de drogas ilegais e as violências nos bairros da Área Reconquista? Para responder a esse interrogante, abordaremos duas questões centrais: a primeira é sobre o papel dos mercados ilegais de drogas nos bairros; a segunda é sobre quais as violências observadas nesses bairros (e se, e de que maneiras, essas violências se vinculam a esses mercados). Para isso, discutiremos a maquinaria “*transa*”, a impressão que essa maquinaria causa nos bairros e sua relação com os moradores. Para refletir sobre o papel principal dos mercados de drogas ilegais na vida de quem habita a localidade, discutiremos a noção de governo criminal.

4 A questão da marginalização espacial da pobreza reconhece uma ampla, longa e complexa tradição que remete aos estudos da “Escola de Chicago” (Janoschka, 2002). Usamos aqui a noção trabalhada por Lóïc Wacquant (2007), que, por meio da comparação entre o “gueto norte-americano” e a periferia de Paris, define esses espaços segundo uma série de características comuns. Embora nem todos sejam encontrados na Área Reconquista, essa área faz parte da tendência analisada pelo autor:

1. Abrigam uma população que diminui em número; 2. Apresentam uma estrutura demográfica de classes e de idade caracterizada pelo predomínio de jovens, trabalhadores braçais e empregados em postos pouco qualificados dos serviços; 3. Abrangem fortes concentrações de “minorias” étnicas ou migrantes; 4. Mostram taxas de desemprego, subemprego e precariedade laboral relativamente elevadas, como consequência da desindustrialização e dos altos e baixos no mercado de trabalho característicos da reestruturação do capitalismo recente (Wacquant, 2007). Além disso, trata-se de espaços fortemente estigmatizados, “bairros de exílio” nos quais as populações “marginalizadas”, condenadas à “obsolescência econômica” pela reorganização pós-fordista da economia e pela reconstrução-pós keynesiana do Estado, encontram-se “separadas de fato” do resto da cidade (Wacquant, 2007: 201).

Nos últimos três anos, a cidade de San Martín, em geral, e a Área Reconquistada, em particular, tem sido frequentemente retratadas na mídia como associadas à “*violência narco*”. Nas reportagens jornalísticas, descreve-se um território marcado por mortes resultantes de disputas territoriais entre organizações ligadas ao mercado de drogas ilícitas.



Em agosto de 2022, um vídeo sobre o território viralizou. Nele, um grupo de seis jovens, vestidos com uniformes policiais, máscaras de palhaço e armas de guerra em suas mãos, afirma: “Quem não sair da Favela 9 de Julho vai ser tratado a ferro e fogo”⁵. O vídeo chegou à mídia nacional excedendo os limites locais da notícia.



De forma recorrente, vizinhos, junto a distintos meios de comunicação, descrevem esse território da periferia norte da província de Buenos Aires como um

5 Frase original em espanhol: “Si no abandonan la villa 9 de Julio, van a ser desbaratados a sangre y fuego”

espaço dominado pelo “mundo narco” e seus efeitos: “*Guerra narco na região metropolitana: o drama de San Martín contado por seus protagonistas*”, “*Uma ameaça narco deixa um bairro de San Martín em alerta: vão ser tratados a ferro e fogo*” e “*Um novo crime narco com a estampa de San Martín*” são algumas das manchetes que circulam na mídia (local e nacional) sobre o fenômeno “narco” em San Martín⁶. Isso não significa, porém, que deve ser tomada como válida a relação direta estabelecida pela mídia entre o incremento das violências na região e as atividades dos mercados de drogas ilícitas. Sem minimizar o assunto e seus efeitos em termos sociais, interessa-nos pensar a área segundo a noção, trabalhada por Michel Misse (2010), de acumulação social das violências. Com isso, apostamos na explicação processual das violências e em sua relação com a segregação espacial dos bairros em análise. Como se poderia supor, os discursos dos moradores mostraram que, para os setores vulneráveis, a pandemia implicou em um agravamento de problemas já existentes. Verificou-se, em especial, a impossibilidade de acesso à renda por parte daqueles que trabalhavam precária ou informalmente. Diante desse cenário, medidas tomadas pelo Estado e ações levadas à cabo por lideranças comunitárias foram cruciais para impedir que a situação piorasse ainda mais. Observamos, porém, que os traficantes (“*transas*”) emergiram nesse contexto como atores com muita participação nos bairros, resolvendo, em algumas ocasiões, situações problemáticas pelas quais passavam os moradores. Com base nessas observações, propomos estudar a participação dos “*transas*” e a redefinição de seus papéis no bairro. Pretendemos compreender os modos por meio dos quais os “*transas*” se inscrevem nos distintos tipos de violências que ocorrem nos bairros populares. Esperamos, assim, contribuir para o entendimento desses distintos tipos de violências e da maneira como elas se articulam com as condições de vulnerabilidade que caracterizam a vizinhança.

Numerosos estudos têm abordado a problemática das violências focalizadas nos denominados “bairros de rebaixamento urbano”, como Scheper-Hughes (1997), Anderson (2000), Bourgois (2002), Wacquant (2007), Bourgois e Schonberg (2009) e Fassin (2016). Essas pesquisas têm destacado a relação de causalidade entre certas “violências estruturais” (como a exclusão laboral e educacional, a segregação urbana, o déficit de serviços estatais, a omissão e/ou a violência policial) e a intensa concentração de diversas formas de violência

6 Títulos originais em espanhol: “*Guerra narco en el conurbano: el drama de san martín contado por sus protagonistas*”; “*Una amenaza narco tiene en vilo a un barrio de San Martín: “Van a ser desbaratados a sangre y fuego”*”; “*Un nuevo crimen narco con el sello de San Martín*”.

social nos territórios pobres urbanos. Na Argentina, distintos autores têm compilado esse enfoque, destacando a generalidade e a cotidianidade da violência em alguns contextos sociais de pobreza urbana, sendo a principal variável explicativa dessa situação a intermitência, insuficiência e seletividade da intervenção do Estado (Auyero e Berti, 2012; Gayol e Kessler, 2018). Quanto aos mercados de drogas ilegais, é necessário mencionar os trabalhos de Cozzi (2022), Sain (2023) e Tokatlian (2017), que oferecem coordenadas para pensar de forma socioantropológica esse fenômeno e, ao mesmo tempo, problematizar suas distintas dimensões. Em particular, Cozzi (2022) analisou o mercado de drogas ilegais em Rosario (na Argentina) e alertou sobre as mudanças que se deram nos últimos vinte anos. Por meio do estudo de biografias de três gerações de sujeitos vinculados ao mundo do delito e ao mercado de drogas ilegais, Cozzi analisa as modificações na produção, tráfico e comercialização das drogas ilícitas na cidade. Resumidamente, a autora descreve três âmbitos que vivenciaram macro-transformações nos últimos vinte anos: a) a produção, tráfico e venda de drogas; b) modificações na forma de venda das drogas em pequenas quantidades ou varejo; e c) a mutação das formas de se vincular com a polícia.

Aspectos metodológicos

Este artigo é resultado de uma pesquisa socioantropológica realizada em um espaço geográfico particular: a Área Reconquista da cidade de San Martín (província de Buenos Aires). A pesquisa foi de caráter coletivo, sendo conduzida por uma equipe de trabalho da qual participaram estudantes e pesquisadores, de diversos níveis de formação, vinculados ao Núcleo de Estudos sobre Violências, da *Escuela IDAES*⁷.

Primeiramente, para responder aos interrogantes que organizam este trabalho, em 2021, realizaram-se entrevistas em profundidade com moradores dos bairros, funcionários de alto escalão do Estado e agentes policiais que trabalham cotidianamente nesse território. Procurávamos estudar o impacto da pandemia e das medidas de isolamento em certos bairros vulneráveis, mostrando mudanças e permanências nas situações de vulnerabilidade, violências e nas vinculações das pessoas com as distintas agências do Estado por conta da crise sanitária.

Em segundo lugar, de maneira complementar, realizamos, em 2022, entrevistas em profundidade com pessoas que se encontravam privadas liberdade e

7 O núcleo de estudos sobre violências se encontra radicado na Universidad Nacional de San Martín. Site: nev.unsam.edu.ar

em uma trajetória no mundo da delinquência. Buscávamos, em especial, recuperar suas visões sobre a emergência desses atores dedicados à venda de drogas nos cenários dos bairros marginalizados e do mundo do crime.

Em terceiro lugar, retomamos a análise de dados quantitativos já apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023), que nos permite pôr em contexto as explicações nativas sobre esses fenômenos.

Com essa triangulação metodológica – que combina a análise de distintas fontes de dados –, buscamos contribuir para a construção de uma explicação que interligue diferentes olhares e perspectivas sobre o fenômeno “*transa*” em zonas marginalizadas.

Dados sociodemográficos sobre a Área Reconquista⁸

A Área Reconquista é um conglomerado urbano integrado por treze bairros⁹ próximos ao Rio Reconquista (no município de General San Martín). Os dados do censo indicam que a população dos treze bairros alcançava um total de 66.015 habitantes, representando aproximadamente 16% da população total de San Martín (que, segundo os dados disponíveis do censo, tem 414.196 habitantes aproximadamente).



8 Os dados e análise que integram esta seção já foram apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023).

9 Os treze bairros que constituem a Área Reconquista são: Barrio UTA, Lanzone, Villa Hidalgo, La Cárcova, Independencia, Libertador, 9 de julho, Sarmiento, Costa Esperanza, 8 de Mayo, Costa del Lago, 13 de Julio e Los Eucaliptos. Por uma decisão ético-metodológica, não usaremos os nomes oficiais desses bairros na análise das entrevistas para preservar o anonimato de nossos entrevistados/as. Por sua vez, decidimos não usar pseudônimos, usando somente a menção ao entrevistado/a.

Segundo dados do INDEC, na cidade de San Martín, 6,7% dos lares apresentam *Necesidades Básicas Insatisfeitas* (NBI). Contudo, se focalizarmos especialmente nos treze bairros que constituem a AR, essa média é amplamente superada, triplicando esse número. Isso indica que a maioria de seus habitantes mora em situação de extrema pobreza (INDEC, 2010). Mais especificamente, os dados estatísticos disponíveis permitem reconhecer que, em doze dos treze bairros, entre 10% a 26% dos lares têm NBI. Porém, no Bairro 13 de julho, particularmente, esse número alcança 60% de seus moradores. Além da diversidade desse conglomerado urbano, a AR se caracteriza pela superlotação, pelo déficit estrutural, pelo isolamento urbano, pelo risco ambiental e por outras condições que degradam a qualidade de vida dos moradores.

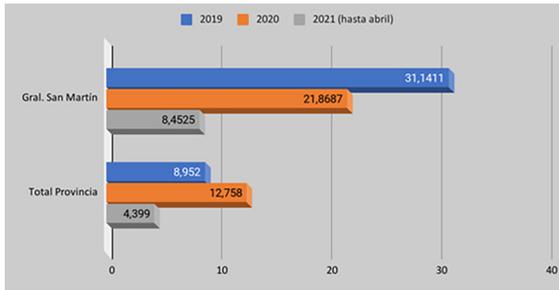
A espacialidade das violências: distribuição de violências na Área Reconquista¹⁰

Com o propósito de pensar as violências na Área Reconquista, na qual se inscrevem os *transas*, abordaremos dados estatísticos da cidade de Gral. San Martín. Isso permitirá observar a concentração das violências nessa área. Para isso, mostraremos a distribuição desigual da taxa de homicídios, de feridos por armas de fogo e de feridos por armas brancas. Embora esses dados comumente se associem, no senso comum e na mídia, à venda de drogas ilícitas, nosso desejo é completar essa interpretação aparentemente simplista.

Segundo o *Sistema Nacional de Información Criminal* (SNIC), os atos de violência potencialmente letais, sem consequências mortais – por exemplo, os feridos por armas de fogo que não faleceram –, aumentaram de maneira significativa em todo o estado de Buenos Aires entre 2019 e 2020. Em 2019, houve 1555 casos, o que equivale a uma taxa de 8,95 a cada cem mil habitantes. Em 2020, houve 2238 casos, ou seja, uma taxa de 12,75 a cada cem mil habitantes. No entanto, em San Martín, a quantidade de feridos por armas de fogo diminuiu nesse mesmo período. Em 2019, foram 132 (o que equivale a uma taxa de 31,14 cada 100.000 habitantes); em 2020, foram 92 (21,86 a cada 100.000). Mas, como ilustra o quadro a seguir, a taxa de feridos por arma de fogo é mais alta em San Martín do que no estado de Buenos Aires como um todo.

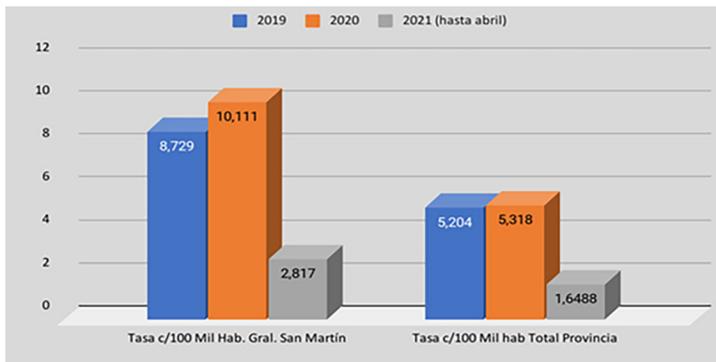
10 Os dados e análise que integram esta seção já foram apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023).

Ferimentos por arma de fogo. Total da província de Buenos Aires e General San Martín. Taxa por 100.000 habitantes



Quanto aos homicídios dolosos, os dados apontam um cenário diferente. Enquanto, no estado de Buenos Aires, os homicídios permaneceram estáveis entre 2019 e 2020, em Gral. San Martín, eles aumentaram e de forma muito significativa. No estado, a variação da taxa a cada 100.000 habitantes foi de 5,2 a 5,3. No entanto, na cidade de Gral. San Martín, morreram 37 pessoas por homicídio doloso em 2019 e 43 em 2020. Desta maneira, a taxa de homicídios dolosos aumentou 16%.

Homicídios intencionais. General San Martín e total da província de Buenos Aires

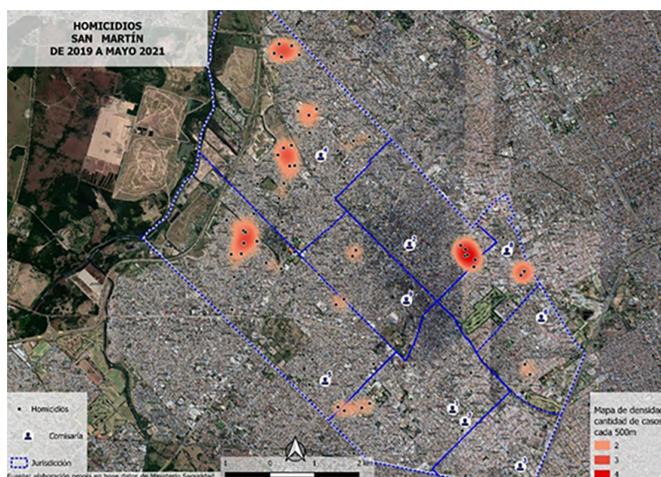


Segundo os dados ao nosso alcance, das 37 vítimas de homicídios dolosos em Gral. San Martín em 2019, sete eram mulheres. Mais especificamente, três morreram assassinadas em casos de feminicídio, duas supostamente por casos de confronto entre gangues delitivas e outras duas por “balas perdidas” em situações de confronto indeterminado. Durante o mesmo ano, faleceram seis homens por homicídios em ocasião de roubo: um deles como vítima do roubo de seu carro e outro ao interferir no roubo do qual uma vizinha era vítima. Outros

quatro assassinados em ocasião de roubo são os denominados “bandidos ou ofensores”, sendo três deles assassinados por membros das forças de segurança que informam sobre o suposto delito. O resto dos homicídios dolosos de homens de 2019 (24) são “homicídios simples”, inseridos em duas grandes categorias: “conflitos interpessoais” e “disputas territoriais”.

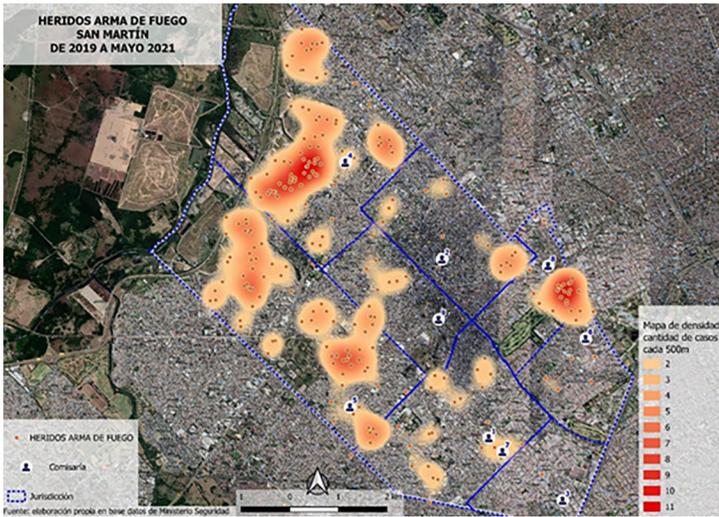
No caso específico dos 43 homicídios dolosos ocorridos durante 2020, faleceram quarenta homens e três mulheres. Duas delas foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros, em casos de feminicídio. A terceira vítima morreu junto a dois homens em um tiroteio que deixou vários feridos e obrigou a uma intervenção policial no bairro Loyola da Área Reconquista. Quanto aos homicídios em ocasião de roubo, em 2020, registraram-se dois casos: nos dois episódios, faleceu o “ofensor”. O restante (38) são homicídios simples e repetem as tipologias de 2019. Ou seja, nos dois últimos anos, o registro de homicídios em ocasião de roubo apresenta uma baixa porcentagem. Por outro lado, o assassinato entre pessoas que se conhecem (como nos casos de feminicídio, brigas entre vizinhos, confronto entre “ganguês”) é muito mais frequente.

Em termos sociológicos, os dados mais reveladores parecem estar na análise da distribuição espacial dos acontecimentos. O mapa a seguir mostra com clareza a distribuição dos homicídios, quase em sua totalidade, nas zonas mais vulneráveis da cidade de Gral. San Martín, especialmente na área Reconquista, está localizada à esquerda do mapa. A jurisprudência das delegacias que intervêm nos bairros vulneráveis dessa área, junto ao que corresponde à zona do “Bairro Loyola”, reúnem mais de 90% dos homicídios ocorridos na cidade de Gral. San Martín.



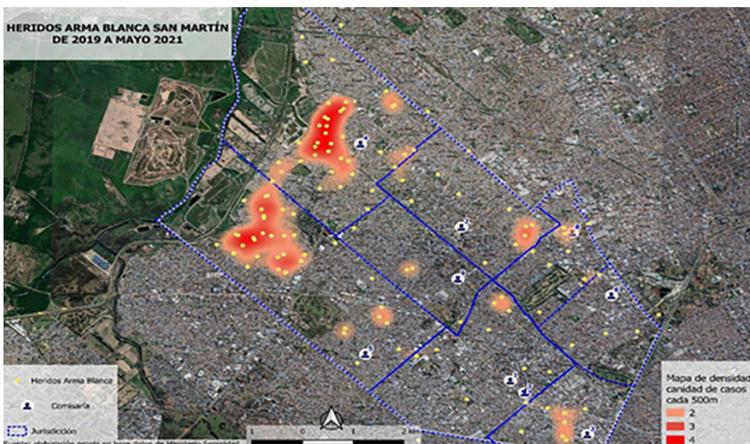
Mapa 1. Homicídios segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

Se analizamos a distribuição dos feridos por arma de fogo, observamos uma distribuição semelhante. De fato, torna-se ainda mais evidente que as violências associadas ao uso de armas de fogo se dão, principalmente, nos bairros vulneráveis. Os três grandes pontos da esquerda, localizados também na Área Reconquista, manifestam novamente uma distribuição desigual das violências.



Mapa 2. Feridos por arma de fogo segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

Pode-se dizer o mesmo quanto aos feridos por armas brancas:



Mapa 3. Feridos por facas segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

A análise dos dados quantitativos permite afirmar que as violências focalizaram as áreas marginalizadas. Essa concentração desigual das violências retoma nossa pergunta inicial: essas violências são mesmo resultado do mercado de drogas ilícitas? O aumento das violências se dá pela proliferação dos traficantes? Auyero e Sobering (2021) apontam que a violência não se limita exclusivamente aos participantes dos mercados ilícitos, mas também “se espalha” pelo bairro, afetando a muitos (ou à maioria) dos moradores. Contudo, como essa violência se espalha ou se dissemina? Segundo Auyero e Sobering, a disseminação é o resultado da proteção policial aos traficantes, o que os autores denominam de “coalisão”, desencadeando múltiplas formas de violências. Então, para eles, na raiz das violências, estão os “*transas*”. Do nosso ponto de vista, a violência na Área de Reconquista não começa com o comércio ilegal de drogas, mas é algo que, como mencionado anteriormente, vem de um acúmulo social dessa violência.

Há dez anos, muito antes da atual incidência dos traficantes na AR, os dados de homicídios mostravam semelhanças surpreendentes. Tomemos como comparação uma pesquisa quantitativa feita pela Corte Suprema de Justiça para o ano 2012. Nesse ano, segundo essa investigação, houve na cidade de San Martín 45 homicídios, uma taxa de homicídios de 10,86 a cada 100.000 habitantes (o mesmo que em 2011). O relatório georreferenciado da corte tem profundas semelhanças com o que trouxemos até aqui: as violências também ocorriam nos espaços marginalizados.

Os *transas* nos bairros

Em nosso trabalho de campo coletivo, interessava-nos pensar as violências e as práticas de policiamento durante a pandemia e as distintas fases do isolamento na Argentina. Não era nosso foco de pesquisa, mas, ainda sem procurá-lo, a figura do traficante (“*transa*”) apareceu, de forma recorrente, como um ator fundamental do bairro que, perante essa situação excepcional, tornou-se protagonista central das dinâmicas locais.

Entendemos que *transa* é uma categoria nativa que alude à pessoa que se dedica à venda de drogas ilícitas. Isso não significa que o *transa* seja uma organização extensa e complexa. Na verdade, parece se tratar de múltiplas, pequenas e diferentes organizações envolvidas na comercialização de substâncias criminalizadas. É importante fazer esse esclarecimento, já que essa figura dialoga com o imaginário do “*narco*”, categoria que se refere a uma organização maior, fortemente estruturada. Em muitas oportunidades, a categoria “*narco*” aparece como sinônimo de *transas/traficantes* nos bairros, embora com isso se refiram a vendedores nos bairros e pequenas organizações.

Começamos apontando que os “*transas*” nos bairros têm se destacado ainda mais desde o isolamento da pandemia, de tal forma que as representações sobre eles estão se modificando nos bairros da AR. De fato, os traficantes são ambigualmente interpretados pela vizinhança: “estragam os moleques”, “andam aos tiros nos becos”, mas também “emprestam dinheiro” e dão oportunidades de trabalho perante o aumento da pobreza. Enquanto o Estado suspendia uma grande parte de suas intervenções nos bairros da Área Reconquista (e, com isso, diminuía sua visibilidade na vida cotidiana), os “*transas*” distribuíam recursos, possivelmente aumentando sua legitimidade¹¹.

Juan vai até o traficante. A noite cai em Carcova. Ele não vai comprar cocaína, vai pedir dinheiro. Ele conhece os vendedores desde que eram crianças. Além de vender droga, os “transas” são credores. Juan lhes deixa seu cartão de plano social¹² como garantia de que vai devolver o dinheiro que tomou emprestado. Precisava de dinheiro para comprar comida, não havia bicos e o valor vindo do plano social não durou muito. O acordo é claro: pega três mil pesos e tem que devolver seis. Não há tempo para analisar a taxa de juros exorbitante que está imposta. É um serviço financeiro com um custo altíssimo, mas é também o único disponível na necessidade e urgência. Se conseguisse três bicos como pintor, poderia devolver dinheiro e recuperar seu cartão. Combinam uma data de devolução em uma semana. Juan vai embora com o dinheiro direto às mercearias do bairro (nota de campo).

Em outros bairros da AR, há diferentes mecanismos de empréstimos. Os traficantes podem emprestar sem pedir nada como garantia, empréstimos por confiança. Eles conhecem os vizinhos e lhes dão dinheiro. Como os traficantes estão atentos a cada movimento do bairro, a atividade de vigiar produz um acúmulo de conhecimento para identificar quem e quanto podem emprestar. Eles elaboram diferentes mecanismos para se assegurarem da devolução, ao mesmo

11 As reflexões desta seção são fruto de conversas com Romina Rajoy e Ariel Wilkis. Parte dessas conversas foi publicada em https://www.eldiarioar.com/opinion/transas-prestan-dinero_129_8445146.html. Texto original em espanhol: “*Juan vai até lo del transa. La noche cae en Carcova. No va a comprar falopa, va a pedir plata. Los conoce a los pibes que venden desde que son chiquitos, además de vender droga son prestamistas. Juan les deja su tarjeta del plan como seguro de que va a devolver lo prestado. Necesitaba plata para comprar comida, no había changas y la plata del plan no duró nada. El trato es claro, pide tres lucas y tiene que devolver seis. No hay tiempo para evaluar la tasa de interés exorbitante que acuerda. Es un servicio financiero con un costo altísimo pero el único disponible en la necesidad y urgencia. Si salen tres changuitas de pintura devuelve todo y recupera la tarjeta. Pactan una fecha de devolución en una semana. Juan se va con la plata rumbo a uno de los almacenes del barrio (nota de campo)*”

12 Planos sociais são políticas, muitas vezes de redistribuição de renda, focalizadas nos setores mais empobrecidos. Há, por exemplo, a *Asignación Universal por Hijo*, algo similar à Bolsa Família no Brasil.

tempo em que possibilitam o acesso a créditos para pessoas que teriam muitas dificuldades para obtê-los em outros lugares. Os traficantes estão sempre lá, atendem 24 horas por dia, sete dias por semana, em lugares em que os bancos não chegam; estão sempre disponíveis. Além disso, os traficantes propõem um acordo sem letras pequenas ou fórmulas ocultas. É como um banco na esquina de casa, aberto todos os dias e o dia todo. Os moradores sabem que, se não pagam, podem sofrer represálias violentas. São diferentes graus de violência empregados. Em geral, começam como uma ameaça e logo aumentam. As regras são claras para os moradores: prazos, juros e castigos. Os prazos se negociam, mas nunca superam os dois ou três meses. Os juros são comumente de 100%. E, aos morosos, cabem diferentes formas de violência.

Por que os moradores do bairro entram nesses relacionamentos? Por que aceitam esses empréstimos que explicitamente incluem violências e usura? Há duas questões cruciais para responder a essas perguntas. Em primeiro lugar, o exercício da violência explícita em uma relação de crédito não parece estranho em um universo social em que as violências regulam muitos aspectos da vida cotidiana. Em segundo lugar, o uso da força violenta não deveria ofuscar o fato fundamental: os *transas* emprestam um serviço. Esses serviços possuem certas propriedades, como a flexibilidade (tudo pode se renegociar), a completa disponibilidade perante as urgências (sempre estão quando os necessitam, diferentemente de outros atores) e a clareza das regras (são explícitos o risco e a violência).

Os empréstimos cresceram com a pandemia. Os vizinhos sofreram com a crise e apelaram mais aos credores. O fluxo de dinheiro aumentou. Existem mais dívidas pela crise e cada vez mais jovens trabalham com os vendedores de drogas. Sujeitos inseridos nas escalas mais baixas da hierarquia do tráfico se movimentam pelos bairros em empregos mais bem remunerados do que a média de qualquer trabalho legal para esse recorte da população. O mercado de drogas ilícitas mobiliza muitos recursos e é cada vez mais percebido nos bairros como possibilidade de emprego. Desse modo, nos bairros que estudamos, descobrimos que grande parte dos moradores estão relacionados, de uma forma ou de outra, com os *transas*. Se os traficantes se tornaram atores cada vez mais centrais nos bairros da AR, resta analisar suas ações violentas. É o que faremos na próxima seção.

Violências nos bairros, violências “*transas*”

Seguindo a reflexão sobre os mercados de drogas ilegais, interessa pensar sua ligação com as violências. Uma entrevistada nos dizia que as violências

interpessoais não eram um problema no bairro. Contudo, os conflitos advindos das disputas territoriais entre organizações dedicadas à venda de drogas ilícitas traziam sérios inconvenientes para a comunidade:

*Conflitos, não, não, entre vizinhos não. Como estou dizendo, aqui as pessoas, os moradores têm bom relacionamento, né? Somente eles, os traficantes, digo, que não te deixam... Brigam em qualquer lugar, esse é o problema, não é que as pessoas tenham problemas.*¹³

Para os moradores, os confrontos entre gangues são um problema crescente da AR¹⁴. Quando falam desse assunto, invariavelmente também mencionam a polícia.

Os bandidos estão mais protegidos pela polícia do que as vítimas. Ou seja, a droga. Por exemplo, os que vendem droga aqui em José León Suárez, aqui passa um policial caminhando e na esquina estão vendendo droga. Continuam vendendo. É difícil de explicar, sei lá. Você diz “Uau, é uma coisa de loucos”. Se vender, a autoridade se vende.¹⁵

A interpretação de moradores e moradoras sobre o relacionamento entre “transas” e policiais faz referência à categoria de corrupção. Um entrevistado menciona que os “problemas que estão se vivendo aqui, que estão vivendo muito os jovens eh, é a corrupção policial, né? eh... a venda de drogas...”¹⁶. Ele seguia seu raciocínio assinalando o funcionamento dos mercados ilegais:

...eh, o que se vê aqui no bairro, pelo menos aqui no bairro Carcova é... eles [os policiais] respondem a eles mesmos, no sentido que os próprios chefes de... da delegacia, ou como lhe dizem aqui os *tanqueros*, os chefes da rua... eh, eles mesmos armaram seu negócio clandestino digamos, né? Seu negócio ilegal com as drogas. Se vinculam automaticamente com as pessoas que saem da prisão e não lhes interessa o progresso pessoal, mas sim lhes

13 Depoimento original em espanhol: “*Conflictos, no, no, entre vecinos no. Solo como te digo, acá la gente, la gente se lleva bien ¿no? Ellos nada más, los transa digo, que no te dejan... Se pelean en cualquier lado, ese es el problema, no es que la gente tenga problema.*”

14 Como vimos na seção anterior, essa interpretação dos moradores do lugar não coincide necessariamente com as estatísticas históricas das violências nos bairros.

15 Depoimento original em espanhol: “*Los delincuentes están más protegidos con la policía que las víctimas. O sea, la droga. Por ejemplo, los que venden droga acá en José León Suárez, acá pasa un policía caminando y en la esquina están vendiendo droga. Siguen vendiendo porque es difícil de explicar, qué sé yo. Vos decís Guauu, es una cosa de locos. Se vende, la autoridad se vende.*”

16 Depoimento original em espanhol: “*problemáticas que se están viviendo acá, que lo están viviendo de lleno los jóvenes eh, es la corrupción policial, ¿no? eh... la venta de drogas...*”

interessa gerar recursos, né? E se relacionam com as pessoas... ou com as autoridades para fazer um negócio e poder vender [drogas] tranquilamente.¹⁷

Desse modo, na perspectiva dos moradores, a polícia “*cuida de quem vende*” drogas. Os entrevistados apontam, com isso, uma rede de corrupção policial. Porém, esses arranjos ilegais não se limitam ao nível da polícia de rua. O problema são os pactos de corrupção que não só envolvem os policiais de rua, mas também os que ocupam os altos cargos da corporação policial. Os policiais que atuam no bairro precisam cumprir ordens vindas de pactos estabelecidos em outro nível hierárquico.

Nessa mesma linha, outro entrevistado menciona que a convivência da polícia com os “*transas*” se transforma em violência policial para alguns moradores:

*Aumentou muito o narcotráfico nos últimos anos, esse é o problema. Os garotos que vão comprar maconha e são parados pela polícia, ao invés de a polícia caçar confusão com os “narco”, eles pegam aos garotos [que vão comprar a droga] e os chutam com força, tudo por conta de um cigarro de maconha. Eles [os policiais] os levam à delegacia e, com isso, demonstram que estavam trabalhando. Os patrulheiros passam pelo ponto de venda de drogas, e passam sem parar, e está aí debaixo de seus narizes. Esse é o problema mais grave que temos enfrentado, ou, pelo menos, que eu tenho visto, que é a questão da droga*¹⁸.

Não obstante, como dizíamos, os moradores apontam um aumento do papel do “*transa*” nos bairros da AR. Alguns deles atribuem esse incremento na relevância dessas figuras a um aumento das violências, embora outros não vejam grandes mudanças. De fato, “Aqui é assim”, dizia-nos um vizinho da AR fazendo referência às violências e homicídios em seu bairro, Carcova, durante a pandemia. Um policial entrevistado em 2021 também fazia referência à característica espacial das violências:

17 Depoimento original em espanhol: “...eh, lo que se ve acá en el barrio, por lo meno’ acá en el barrio Carcova es... responden a ellos mismos en el sentido de que los mismos jefes de... de comisaría, o como le dicen acá los tanqueros, los jefes de calle.. eh, ellos mismos se arman su negocio clandestino digamos, ¿no? o su negocio ilegal con las drogas. Se vinculan automáticamente con las personas que, que salen de estar presas y, no le interesa el progreso personal pero si le interesa generar recursos ¿no? y se relacionan con las personas... o con la autoridad.. para un arreglo y poder ellos vender tranquilamente”.

18 Depoimento original em espanhol: “Aumentó mucho el narcotráfico en los últimos años, ese es el problema. Los pibes se van a comprar un porro y los para la policía en vez de ir y hacerle bondi a los narco los agarran a los pibes los cagan a patadas a los pibes y todo por un faso. Los llevan a la comisaría y con eso declaran que estuvieron trabajando. Los patrulleros pasan por el punto de drogas y pasan de largo y está ahí en sus narices. Ese es el problema más grave que viene pasando, o al menos lo que yo vengo viendo, el tema de la droga”

*“Nesses lugares, às vezes não a palavra não é suficiente, e a polícia tem que fazer uso da força pública e aí começa o problema. Os problemas. Às vezes a gente tem um problema com um morador e se aproximam outros que são contra os policiais, se intrometem no problema, mas não para ajudar. E se não levarmos o morador à delegacia, vamos recebendo pancadas, garrafadas, pedradas”.*¹⁹

Nesse ponto, interessa-nos analisar como, para alguns moradores, aumentaram as violências associadas aos mercados ilegais de drogas, tendo a polícia um papel fundamental nesse aumento. Os traficantes aparecem frequentemente, nas narrativas dos nossos entrevistados, como um elemento associado às violências e à corrupção policial. Nessa articulação, novamente, a segregação espacial é a chave explicativa. Seguindo a Wacquant (2007), para compreender como diferentes formas da violência se focam em áreas marginalizadas, é necessário analisar o papel do Estado.

Auyero e Berti (2013) qualificam de “intermitente”, “seletiva”, “contraditória” – quando não, diretamente negativa – a presença do Estado nos espaços segregados. No entanto, Auyero e Soberling (2021) afirmam que existe uma forma particular na qual o Estado está presente nesses territórios: a “aliança”, cumplicidade ou convivência entre agentes estaduais e delinquentes. Independentemente de como caracterizamos essas formas de agir estatais, percebe-se que, quando o Estado interfere nos bairros marginalizados por meio das forças de segurança, existe uma tendência de aprofundamento da segregação e, longe de “resolver” os conflitos, um aumento das violências.

Sobre o governo criminal: quem manda nos bairros?

Uma pergunta que ainda não podemos responder, mas que se impôs durante todo o trabalho, é: os “*transas*” são “*narcos*” mesmo? A pergunta é relevante na medida em que indaga a existência de um controle territorial exercido por esses sujeitos, o exercício de um governo criminal levado à cabo por essas figuras, também buscando traçar a escala do fenômeno. Na Área Reconquista, as organizações que comercializam drogas ilegais parecem ser estruturas pequenas. Por isso, aqui decidimos falar de *transas*, vendedores, em lugar de os denominar como *narcotraficantes*.

19 Depoimento original em espanhol: “*En esos lugares, a veces no alcanza la palabra y la policía tiene que hacer uso de la fuerza pública. No existe el diálogo, tenemos que imponer y el habla a veces no alcanza y tenemos que hacer uso de la fuerza pública y ahí empieza el problema. Los problemas. A veces tenés un problema con un vecino y se acercan otros que están en contra del personal policial, se meten en el problema, pero no para ayudar. Y si nos llevamos a un vecino a la comisaría, nos vamos recibiendo palazos, botellazos, pedrazos*”

Nesse ponto, duas questões reforçam nosso compromisso. A primeira delas é que estamos perante a presença de organizações instáveis, que fazem uso da violência sem regulação suficiente. Mais do que organizações com um rígido controle territorial, como se representam habitualmente os “*narcos*”, as brigas territoriais entre organizações que comercializam drogas ilegais na área Reconquista poderiam ser compreendidas justamente pela instabilidade que caracteriza esses agrupamentos, que não podem controlar plenamente o território.

A segunda questão tem a ver com o conceito de governança criminal (Lessing, 2022; Briceño-León et al., 2022). Como é a governança criminal na prática? Até que ponto ela se estende? Em quais dimensões da vida cotidiana ela atua? E como ela interage com a autoridade do Estado? Tudo isso varia imensamente entre países, cidades e comunidades (Lessing, 2022).

Em seu texto ‘*Fações de Fortaleza y colectivos de Caracas: Dos modelos de gobernanza criminal*’ (Briceño-León et al., 2022), descrevem-se cinco dimensões da governança criminal. Em primeiro lugar, o grupo deve ter suficiente força física para estabelecer e defender os limites do território em que vão exercer seu domínio e impor as normas que regulam a vida social naquele espaço. Em segundo lugar, o grupo deve ter capacidade para comunicar eficientemente suas normas e dotá-las de uma força imaginária que torne crível seu mandato e que possa forçar sua conformidade. Em terceiro lugar, é necessária uma base financeira que lhes permita sustentar, pagar e equipar o pessoal para que desempenhe as duas funções prévias. Em quarto lugar, o grupo deve conseguir a submissão da população que está sob seu domínio. Finalmente, é necessário que essa organização estabeleça algum tipo de compromisso, um *modus vivendi* com as diversas instâncias do Estado presentes nesse território. Esse vínculo deve se localizar em algum ponto de um *continuum* que vai da cooperação plena à governança delegada. O ponto em que um grupo localiza seu *modus vivendi* em determinado território lhe permitirá definir o nível de violência que empregará contra as forças do Estado e, conseqüentemente, também lhes permitirá regular a resposta esperada, de violência ou repressão, por parte das forças policiais (Briceño-León et al., 2022). A noção de governança criminal é utilizada para compreender, por exemplo, como o Comando Vermelho organiza a vida em uma favela no Rio de Janeiro. A resposta à pergunta de quem manda aqui permite vislumbrar o poder de uma organização criminoso em um território determinado.

Nesse ponto, Sain (2023) afirma que, em Rosario (cidade que, nos últimos anos, tem virado símbolo da violência “narco” na Argentina), a violência criminal ligada ao narcotráfico é resultado da articulação de dois fenômenos: o fim da

regulação estatal do crime complexo, ocorrida na primeira década do século; e uma fragmentação criminal marcada pela multiplicação de grupos delitivos. O autor afirma que, em Rosario²⁰, o Estado não regula o crime, nem há um grupo criminal dominante, o que faz as práticas violentas se tornarem recorrentes na configuração do mercado de drogas local. O cenário de Rosario se completa, para Saín, com uma subordinação policial aos grupos criminais nos últimos anos. Então, o uso da violência foi um instrumento dos grupos criminosos tanto para resolver a disputa entre grupos adversários quanto para impor poder. Na AR, de forma similar ao que ocorre em Rosario, há uma proliferação de grupos que vendem drogas ilegais e que, muitas vezes, se confrontam em brigas territoriais. No entanto, é importante diferenciar a AR de Rosario. Na AR, observa-se que ainda existe uma tentativa de regulamentação estatal: não há subordinação policial às gangues, já que essas agrupações são menores em escala do que as que atuam em Rosario. Em nosso caso, a regulação é deficiente. Existe uma fragmentação das forças de segurança que intervêm nesses espaços, visto que não existe uma única ordem hierárquica dentro da polícia que regule esse mercado ilegal. Na atualidade, as tentativas de regulamentação se dão de maneira pulverizada, com diferentes intervenções da polícia do estado de Buenos Aires.

*Chorros*²¹, *transas* e o controle dos bairros

Retomemos a pergunta inicial desse trabalho. Quem manda nos bairros? Para responder a essa pergunta, realizamos entrevistas com pessoas privadas de liberdade identificadas com o mundo da criminalidade, mas não com os mercados de drogas ilícitas. Especialmente, conversamos sobre a relevância dos “*transas*” nos bairros.

Para nossos entrevistados²², “os *transas* ocupam nos bairros um lugar principal”, que antes eram ocupados pelos “*chorros*” (ladrões). Eles afirmam que, atualmente, os “*transas*” se transformaram em um modelo a ser seguido por muitos jovens, que desejam ser como eles. Esse desejo se insere na percepção de que os “*transas*” acessam grandes recursos materiais por meio da venda de drogas. No mundo dos mercados de drogas ilegais, há muito dinheiro, e isso

20 A cidade de Rosário tem ganhado notoriedade na Argentina por ter uma taxa de homicídios mais alta do que a da maior parte do país, por episódios violentos em bairros marginalizados, mas também por ataques e ameaças contra funcionários públicos encarregados de processar a comercialização de drogas ilegais.

21 “*Chorro*” é a gíria pela qual se conhecem os ladrões na Argentina, equivalente a assaltantes.

22 Em sua maioria, entrevistamos homens adultos que se encontram cursando penas por roubo qualificado. Os entrevistados se encontram cumprindo sua pena na Unidade n° 48 da zona de José León Suárez (San Martín, província de Buenos Aires).

transforma esses sujeitos em modelos aspiracionais. Antigamente, alguns jovens tinham como modelo a figura dos “chorros”, mas isso mudou. Os “transas” ocupam agora o lugar que ocuparam os “chorros” em tempos passados.

Nossos entrevistados afirmam que é muito difícil conseguir grandes quantias de dinheiro na atualidade e que, por isso, o mercado de drogas ilegais se tornou mais atrativo para os mais jovens. A ausência de dinheiro físico nas lojas e negócios, as melhoras tecnológicas de controle e a perseguição judicial sofrida por esse rubro da criminalidade fazem ser hoje quase impossível conseguir grandes valores de um roubo. Ora, eles repetem “o dinheiro está na droga”. Por isso, os “transas” têm nos bairros um papel central: eles representam um objeto de desejo para alguns jovens. Por isso, para nossos entrevistados, são eles quem mandam nos bairros atualmente.

Interessa-nos, porém, trazer para a análise um verbo que nos parece central para pensarmos as dinâmicas desses bairros e seu controle: referimo-nos à “recuperar” (“rescatar”). Tentaremos mostrar a dinâmica de funcionamento do “recuperar” com base em uma cena advinda do trabalho etnográfico. Uma empresa, multinacional, encarregada de desenvolver uma obra pública em um dos bairros da Área tinha contato com um sujeito que era uma das referências do mundo do crime local. Chamaremos essa pessoa de R. Assim, R deveria “cuidar” do lugar em que a empresa atuava e, em troca, recebia uma quantia de dinheiro. O intercâmbio de cuidado por dinheiro era possível porque R era reconhecido entre os vizinhos. Era um reconhecimento forjado por seus anos no mundo da criminalidade, que o tinham transformado em uma pessoa tão “respeitada” quanto temida no bairro. Os moradores sabiam que ele estava ao no comando da oficina e não se atreviam a roubá-lo. Se alguém se atrevesse, R. poderia “recuperar” rapidamente o roubado. Nos últimos anos, com o devir da relevância dos mercados de drogas ilegais nesses bairros, sua capacidade de controle diminuiu. O intercâmbio de dinheiro por cuidado é cada vez mais etéreo. Nos bairros, é cada vez mais difícil encontrar pessoas como R, que possam “recuperar” o que foi subtraído.

Consideramos, então, que, nos bairros da Área Reconquista, os “transas” não podem, ainda, impor por completo suas normas e controlar a vida das pessoas. Perguntar *quem manda no bairro* não tem uma única resposta. Alguns responderão que são os “transas”; outros, os padres católicos que atuam na favela; outros ainda que é uma organização política.

Conclusões preliminares

Nossa interpretação sobre as violências na Área Reconquista se afasta do lugar central que a mídia – local e nacional – atribui aos traficantes em sua relação com as violências (Focás e Rodrigues La Moglie, 2023). Ainda assim,

reconhecemos que a presença dos traficantes se expande e se torna cada vez mais visível na área. De acordo com as percepções locais, essa disseminação dos “*transas*” os coloca em relação com grande parte dos moradores, para os quais esses sujeitos não só vendem drogas ilegais, mas também lhes emprestam dinheiro e/ou dão trabalho. Essa propagação é significativa, mas nem todos participam da mesma maneira de sua expansão. Seguindo a linha de Misse (2010), podemos afirmar que, nesse mercado criminalizado, o grau de incriminação de práticas e agentes está espraiado, mas é diferencial e depende das concentrações de interesse dos agentes. Como dissemos anteriormente nesse texto, os “*transas*” ocupam um papel de liderança na vizinhança, mas não chegam a controlá-la. Queremos finalizar com dois eixos reflexivos que permitam aperfeiçoar o interrogante de quem manda no bairro e como se usam as violências para executar esse controle.

Primeiro. Os “*transas*”, a acumulação social da violência e o controle nos bairros. A análise detalhada dos homicídios salienta que alguns assassinatos estão relacionados aos mercados de drogas ilegais. Em 2020, houve dois triplos homicídios como resultados de tiroteios pela disputa de territórios entre organizações que comercializam drogas. Porém, outros homicídios são parte de brigas entre gangues que resolvem seus problemas com tiros: são brigas mais relacionadas à visibilidade de virilidade, a problemas interpessoais entre vizinhos etc. Afirmamos, então, que nem todos os homicídios na AR se vinculam às disputas entre “*transas*”. Existe um processo social de longo prazo, uma acumulação social da violência (Misse 2010), que explica as violências nesses territórios para além da atual atuação dos traficantes.

A distribuição desigual dos homicídios, evidente nos mapas analisados, não é um fenômeno novo. Explicar apenas com base na questão “narco” essa distribuição desigual dos homicídios é um movimento que falha em reconhecer uma longa história de segregação espacial desses bairros. Misse (2010), para se referir à acumulação social da violência no Rio de Janeiro, fala de um círculo vicioso de fatores que se retroalimentam de forma cumulativa. O autor frisa (2010: 4) que o núcleo principal desse espiral de violência é a resolução de conflitos com o uso de armas de fogo. Voltamos à AR e dizemos que aqui também há muita bala, muita arma de fogo e que é frequente sua utilização como meio para solucionar várias e variadas brigas. Além disso, afirmamos que o uso de armas de fogo vem de longa data e que não pode se reduzir ao problema “*transa*”.

Então, é hora de mostrar o círculo vicioso de fatores que se retroalimentam de forma cumulativa na AR e que habilita pensar como isso se dá em outras áreas marginalizadas pela pobreza.

Segundo. Necropolítica. Interessa-nos salientar que a segregação espacial se retroalimenta com a acumulação social das violências. Por um lado, a segregação espacial da pobreza se enraíza, se potencializa e reforça o efeito que produzem as violências acumuladas. Mas, ao mesmo tempo, essas violências legitimam a segregação espacial. Nos espaços segregados, o Estado intervém de forma diferencial para resolver os conflitos interpessoais que terminam (mas, pelas lógicas das vinganças nunca, de fato, terminam) sendo solucionados com armas de fogo. Nesses espaços marginalizados pela pobreza, a intervenção estadual é diferencial e, por isso, acumulam-se as violências.

Entendemos que a intervenção estadual não é deficitária. É uma forma específica de intervenção. Seguindo a linha de Pita (2019), os bairros populares não são espaços em que vigora uma ausência do Estado. A autora mostra que esses bairros não estão abandonados, excluídos nem isolados; não são guetos. Pelo contrário, eles estão marginalizados. Contudo, trata-se de espaços muito permeados. Esses bairros, unidos e separados da cidade formal, subordinados à trama urbana formal, configuram-se como espaços segregados em termos sociais, espaciais e simbólicos. Há um tratamento diferencial e desigual. O Estado intervém, mas de outras maneiras, com outras lógicas. Como resultado dessa intervenção diferencial, produz-se uma distribuição desigual da violência, tanto da violência estatal quanto da social: a gestão da vida e da morte é diferente nesses bairros.

Dessa maneira, a distribuição desigual das violências, que aparenta ser um fracasso das políticas de prevenção ao delito e à violência, é, na verdade, o resultado da segregação espacial pela pobreza. Aqui podemos, para finalizar, mergulhar no conceito de *necropolítica*. Com essa noção, Mbembe (2014) retoma a biopolítica foucaultiana e acrescenta outras dimensões analíticas. A biopolítica se refere aos dispositivos de poder, dispositivos de controle sobre a vida. No entanto, a necropolítica se refere às formas do poder que regulamentam a morte, mas que o fazem mediante uma distribuição extremamente desigual do risco de ser ferido e/ou morrer. Em outras palavras, um fracasso das políticas de prevenção é o sucesso de um estigma, o sucesso de uma política de morte e violência.

Referências

- ANDERSEN, Elijah. *Code of the street. Decency, violence, and the moral life of the inner city*. Nova York, Norton Paperback, 2000.
- AUYERO, Javier y BERTI, María Fernanda. *La violencia en los márgenes. Una maestra y un sociólogo en el conurbano bonaerense*; Buenos Aires, Katz, 2013.

- AUYERO, Javier y SABERING, Katherine. *Entre narcos y policías las relaciones clandestinas entre el estado y el delito y su impacto violento en la vida de las personas*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2020.
- BOURGOIS, Philippe. *En busca del respeto. Vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2010.
- BOURGOIS, Philippe y SCHONBERG. *Righteous Dopefiend*. California, University of California Press, 2009.
- CARAVACA, Evangelina, GARRIGA ZUCAL, José, y MANCINI, Inés. Sobre llovido, mojado. Pandemia y violencias en poblaciones vulnerables en el Área Reconquista (Provincia de Buenos Aires). *Acta Sociológica*, n. 90, marzo 2023, pp. 51-79.
- COZZI, Eugenia. *De ladrones a narcos*, Buenos Aires. Buenos Aires, Teseo, 2022.
- FOCÁS, Brenda y RODRÍGUEZ LA MOGLIE, Lucio. Noticias locales en pandemia. In: CARAVACA, Evangelina, GARRIGA ZUCAL, José y MANCINI, Inés. *Últimos y abollados: Violencias y vulnerabilidades en San Martín*. San Martín, UNSAM EDITA, 2023, pp. 173-188.
- GAYOL, Sandra y KESSLER, Gabriel. *Muertes que importan. Una mirada sociohistórica de los casos que marcaron la Argentina reciente*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2018.
- LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: Apresentação à edição especial. *Revista Dilemas, Rev. Estudos Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, Edição Especial n. 4, 2022, pp. 1-10.
- LAWRENCE, Michael. Security Provision and Political Formation in Hybrid Orders. *Stability: International Journal of Security & Development*, v. 6, n. 1, 2017, pp. 1-17.
- JANOSCHKA, M. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE*, v. 26, n. 85, 2002, pp. 11-29.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Buenos Aires, Melusina Editores, 2014.
- MISSE, Michel. La acumulación social de la violencia en Río de Janeiro y en Brasil: algunas reflexiones. *Revista Coherencia, Medellín*, v. 7, n. 13, jul.-dic. 2010, pp. 19-40.ia.
- PITA, María Victoria. Hostigamiento policial o de las formas de la violencia en barrios populares de la Ciudad de Buenos Aires. Relato de una investigación. *Desacatos Revista de Ciencias Sociales*; Ciudad de México, 2019, pp. 78-93.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto; BARREIRA, César e DIÓGENES DE AQUINO, Jania. “Facções” de Fortaleza e colectivos de Caracas: Dos modelos de governança criminal. *Dilemas. Revista. Estudo. Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, n. 4, 2022, pp. 21-49.
- SAIN, Marcelo. *Ciudad de pobres corazones. Estado, crimen y violencia narco en Rosario*. Rosario, Protohistoria, 2023.

SCHEPER HUGHES, Nancy. *La muerte sin llanto: violencia y vida cotidiana en Brasil*.

España, Ariel, 1997.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Qué hacer con las drogas*. Buenos Aires, Siglo XXI

Editores, 2017.

WACQUANT, Loic. *Los condenados de la ciudad. Gueto, periferias y Estado*. Buenos

Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

Recebido em: 30/08/2023

Aprovado em: 29/09/2023

Como citar este artigo:

CARAVACA, Evangelina; GARRIGA, José; MANCINI, Inés. Quem governa o bairro?

Violência e mercados de drogas ilegais em bairros segregados na Grande Buenos Aires (Argentina). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set.

- dez. 2023, pp. 805-828.